



A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO:

**CENTRO SOCIAL DE AMPÉRE (1970-2020) E A
FEIRA DO MELADO DE CAPANEMA (1990-2020)¹**

PRESTES, Thais Naiara²

MARCHIORI, Thiago Felipe³

PIRES, Marcia Marchesan⁴

Data de protocolo: 17/12/2020

Data de aprovação: 17/12/2020

RESUMO

Este artigo refere-se à avaliação final do Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Ampère-FAMPER e tem por escopo relatar a importância do estudo acerca do Patrimônio Cultural para compreender e aprender mais os conteúdos da disciplina de História. Inicialmente apresenta-se o conceito de Patrimônio cultural material e imaterial, também um breve histórico sobre Patrimônio Histórico no Brasil. Na sequência destacam-se patrimônios da região sudoeste do estado do Paraná. Como patrimônio material o Centro Social (1970 - 2020) localizado na cidade de Ampère e como patrimônio imaterial a Feira do Melado de Capanema (1990 - 2020). Para finalizar uma reflexão sobre a Preservação desses Patrimônios relacionando ao ensino de História.

Palavras chave: História regional. Patrimônio material. Patrimônio imaterial.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em História, na Faculdade de Ampère – FAMPER.

² Acadêmica do Curso de Licenciatura em História na Faculdade de Ampère – FAMPER. E-mail: prestes_thais7@hotmail.com

³ Acadêmico do Curso de Licenciatura em História na Faculdade de Ampère – FAMPER. E-mail: Thiago.twd@outlook.com

⁴ Docente da Faculdade de Ampère – FAMPER. Professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná. E-mail: marciapires80@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de curso, é um desafio muito grande para o acadêmico que chega no final de um curso de graduação, a escolha da problemática é algo importantíssimo, pois a partir disso o formando demonstrará seus conhecimentos sobre o assunto, bem como sua capacidade de escrita.

O interesse pelos Patrimônios Culturais surgiu por vivenciar na academia momentos de reflexão, estudo acerca deste tema. Durante a graduação também surgiu o apreço pela história regional a partir das aulas que tivemos, assim fomos instigados a conhecer cada vez mais a região em que vivemos. O patrimônio cultural foi um tema atrativo para os acadêmicos, que resolveram buscar em seu meio social exemplos de patrimônios material e imaterial.

O patrimônio cultural é a cultura material, ou seja os vestígios da história, o cuidado que as pessoas tiveram na conservação e manutenção dos conhecimentos transmitidos uns para os outros. Essa conservação tem o intuito de manter e estabelecer os laços entre os indivíduos presentes na mesma sociedade, para que através da cultura se possa compreender as diferentes realidades e formas de interação social.

Sendo assim duas importantes cidades no sudoeste do Paraná serão citadas e exemplificadas neste artigo. São elas Ampére e Capanema. A cidade de Ampére com 19.311 habitantes (estimado), tem como sua principal fonte econômica a produção industrial entre ela a moveleira e a têxtil que possui maior destaque atualmente. Na agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, também é importante tornando-se a segunda maior fonte de arrecadação municipal.

Já a cidade de Capanema com 19.148 habitantes, segundo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES) tem como base econômica a atividade agrícola. Um parque industrial com poucas indústrias. Sendo assim seu sustento vindo da agricultura/agricultura familiar.

O artigo está organizado da seguinte maneira: Primeiramente a explicação da definição de patrimônio cultural material e imaterial e sua trajetória histórica nacional. Na sequência apresenta-se como exemplo os patrimônios no Brasil e o regional paranaense. Dando continuidade expõe-se o Patrimônio Cultural Material da cidade de Ampére e o Patrimônio Cultural Imaterial da cidade de Capanema. Por fim traz-se a importância da valorização patrimonial.

2 CONCEITUANDO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

A partir dos estudos entende-se que Patrimônio Cultural é um conjunto de costumes, conhecimentos, arte, hábitos e todos os aspectos que interligam membros a uma determinada sociedade. Vem com o intuito de entender a importância da cultura das pessoas. Sendo um compartilhamento de heranças culturais passadas de pai para filho.

O mais antigo instrumento de proteção aos bens culturais são os tombamentos, surgidos na década de 1930. Divididos em quatro livros de tombamento, o arqueológico, o histórico, o etnográfico e o Paisagístico, e, o de belas artes e artes aplicadas.

Historicamente no Brasil a discussão sobre o assunto, tem início com a Constituição de 1937, período em que Getúlio Vargas, promulga a Nova Constituição, chamada de “Polaca”, conhecida assim pelo fato de ter sido inspirada no modelo semifascista polonês. No Art 134 esclarece:

Art 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (BRASIL, 1937).

Desde então existe essa importância da proteção da Nação pelos monumentos históricos. A criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), foi muito importante para a identidade nacional, preservando a cultura brasileira. A valorização da cultura deve iniciar desde cedo nas crianças, tanto no meio que interagem, a família, quanto na escola. Mostrando a importância e exaltando, quanto é rico o país, nas questões culturais. Isso também reforça e ensina o respeito, aos diferentes costumes espalhados por toda nação.

Outro fator importante que ocorreu em 1958, com o presidente Juscelino Kubitschek, ao criar o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, (CNFCP), no qual encontram-se ações de projetos de artesanato, produções culturais regionais entre outras.

Com a Constituição de 1988, o patrimônio ficou mais amplo, sendo classificado como material e imaterial. Adequando-se à proteção de cada tipo de patrimônio. Os materiais podem ser cidades históricas, sítios paisagísticos e arqueológicos, coleções arqueológicas, museológicos, documentais, arquivísticos, videográficos, bibliográficos, cinematográficos e fotográficos. Em uma de suas obras

o autor Henri- Pierre Jeudy, relata sobre essa tão importante fonte histórica os patrimônios,

Não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos os nossos papéis nesse processo. É como se o objetivo fosse conseguir a recordação total. Trata-se então da fantasia de uma arquivista maluco? Ou há, talvez, algo, mas para ser discutido nesse desejo de puxar todos esses vários passados para o presente? Algo que seja, de fato, específico à estruturação da memória e da temporalidade de hoje e que não tenha sido experimentado no mesmo modo nas épocas passadas (JEUDY, 1990, p. 15).

Já os bens culturais imateriais são as práticas e domínios da vida social, manifestando as formas de fazer, as celebrações, músicas, línguas portadoras de referências de identidade e histórias. Todas as cidades do Brasil também possuem os patrimônios culturais eles podem ser as feiras, santuários, mercados. Sendo passado de geração em geração, podendo sofrer algumas alterações ou recriando-os. Gera-se um sentimento de identidade e continuidade da cultura, promovendo respeito à criatividade da vida humana.

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Existem hoje no mundo inúmeras áreas, edifícios históricos, locais de importância arqueológica e obras monumentais que são de extrema relevância para a humanidade. De acordo com Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2003) que é a principal responsável por creditar o título de patrimônio histórico mundial da humanidade, existem atualmente 13 sítios ou conjuntos determinados como Patrimônios históricos no Brasil, sendo considerado o país da América do Sul com o maior índice de lugares históricos tombados pela Unesco.

No Brasil, tudo o que está relacionado a patrimônio histórico é administrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado no governo de Getúlio Vargas em 1937 pela Lei n.º 378 que está atualmente ligado com o Ministério da Cultura.

Artigo 46º - Fica criado o serviço do patrimônio histórico e artístico nacional, com a finalidade de promover, em todo país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

Com quatorze patrimônios históricos tombados oficialmente pela Unesco o Brasil por possuir uma cultura rica com muitas histórias, possui desde monumentos antigos como Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas do Campo - Minas Gerais, até cidades como Distrito Federal projetada por Oscar Niemeyer considerada umas das maiores cidades construídas durante o século XX.

De todos os estados Brasileiros, Minas Gerais é o estado que mais possui centros históricos com um total de quatro, seguido do centro oeste com seis. Um dos patrimônios mais conhecidos no Sul são as ruínas de São Miguel das Missões, enormes ruínas jesuíticas construídas no século XVII.

Já no Paraná, grande parte dos bens históricos tombados estão localizados no litoral do estado, devido a grandes mudanças realizadas pelos povos que desbravaram a região, sendo elas a Casa Elfrida Lobo localizada em Paranaguá e o Palácio Belvedere situado em Curitiba.

No extremo oeste do estado também está localizado um dos mais importantes patrimônios históricos naturais do Brasil, as Cataratas do Iguaçu, que recebe o título de uma das Sete Maravilhas da Natureza, responsável por atrair turistas do mundo todo.

O sudoeste mesmo sendo uma área onde possui a grande maioria das cidades com menos de 50 mil habitantes, é um lugar muito rico historicamente por conservar seus inúmeros patrimônios históricos, utilizados como estudos para as mais diferentes comunidades paranaenses, que buscam conhecer um pouco da história regional e de seus municípios.

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (PARANÁ, 1953).

Em setembro de 1953 a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta a Lei Estadual 1.211/53, onde é decidido por intermédio do estado que tudo que

possuir algum valor histórico tanto material quanto imaterial seria colocado como parte de um livro tomo, onde seriam agrupados os patrimônios tombados mediante a autorização do diretor da divisão do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado.

2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE AMPÉRE

Um exemplo de patrimônio material é o Centro Social da cidade de Ampére, localizada na região sudoeste do estado do Paraná. Ele foi e continua sendo uma construção de muita importância para cidade, pois de acordo com o seu histórico começou a ser construído em 21 de agosto de 1967 com a finalidade social de ajudar os cidadãos amperenses.

Com o passar do tempo foi se tornando um dos principais patrimônios históricos da cidade, tudo o que vinha de cultural para a cidade era apresentado lá, pelo fato de ser um lugar grande, possuir uma boa localização e ter um espaço onde concentrariam muitas pessoas.

Figura 1: Foto da Construção do Centro Social



Fonte: Acervo Paróquia Santa Terezinha e Santo Agostinho (1967).

Segundo relatos encontrados na Paróquia Santa Terezinha e Santo Agostinho no dia 07 de março de 1965, o pároco da época o Pe. José Bosmans expõe o projeto do futuro centro social à diretoria da Matriz, que logo após no dia 21 de Agosto de 1966 convoca todos os presidentes das comunidades para

apresentar o projeto. Na ata da reunião, registram-se as seguintes palavras (1965, p.12):

A obra social da Igreja. Que o dinheiro da igreja é para obras da mesma, e atender aos necessitados. E que somos obrigados dar atenção a obra social da igreja, mostrando a planta da construção do centro social; que a finalidade deste é, em primeiro lugar, um consultório inicialmente para mães e crianças, depois um dormitório, outra sala para reunião e no andar de cima uma sala para seiscentas pessoas e ao lado uma área e noutra andar biblioteca, e que esta construção custará Cr\$185.000.000 cruzeiros.

Cada capela ficou encarregada de fazer uma arrecadação de mantimentos para a realização de uma grande festa em prol da construção, pois não possuíam o dinheiro suficiente ainda para construir a obra que era umas das maiores estruturas da cidade já construídas na época. Além dessa arrecadação para a construção do centro foi recebida uma ajuda do exterior, principalmente da Bélgica que era o país de origem do principal idealizador da obra o Pe. José Bosmans.

Dos anos 1965 a 1966 dedicou-se aos estudos do projeto e também da compra do material necessário, com a terraplanagem pronta a empreiteira EMPRETEC⁵, responsável pela obra era uma das principais empresas da região sudoeste, que localizava-se na cidade de Francisco Beltrão.

Figura 2: Foto da Construção do Centro Social



Fonte: Acervo Paróquia Santa Terezinha e Santo Agostinho (1966).

⁵ Empreendimento Técnicos de Construção- EMPRETEC.

O contrato da primeira parte foi assinado em 13 janeiro de 1969 pelo Pe. José e pelo engenheiro Civil Deni Lineu Schwartz, o qual deu um prazo de entrega de 180 dias para a finalização da obra, porém para a finalização da construção, assinou-se um segundo contrato com a mesma empresa no dia 2 de maio de 1970, com prazo da entrega estabelecido de 150 dias, assim cumpriu-se e a obra finalizada e entregue.

Figura 3: Foto do Centro Social



Fonte: Acervo Paróquia Santa Terezinha e Santo Agostinho (1974).

Em 10 de setembro de 1973, o governador Emilio Gomes declarou o Centro Social de Ampére uma utilidade pública, o projeto de lei do deputado Quielse Cristómo da Silva foi publicado no dia 12 de setembro de 1973 em Diário Oficial do estado do Paraná pela Lei 6452. Com a obra concluída o centro social torna-se um dos principais centros de eventos da época, desde sua inauguração em 1970 até os dias de hoje, muitas histórias aconteceram por lá, o centro já foi casa mortuária onde muitos velórios ocorreram, foi usado para catequese, casamentos, eventos da igreja e da comunidade, cinema entre muitas outras coisas.

A Diretoria da Igreja Matriz (2012-2017) em parceria com o Pároco da época Frei Vilmar Potrick e colaboração das capelas e prefeitura municipal de Ampére, construiu o Centro Catequético, local onde acontece hoje encontros de catequese e demais reuniões das pastorais da igreja. Este foi construído na área que antes era o estacionamento ao lado do Centro Social, espaço este utilizado pela auto escola como uma pista de treinamento de motos, por alguns anos.

Atualmente o centro é usado para alguns poucos eventos que acontecem na

cidade devido a inauguração do Anfiteatro Municipal que hoje é o principal centro cultural da cidade, porém ainda acontecem lá alguns projetos sociais como o Projeto Luti, que ajuda as crianças mais carentes da cidade, no entanto devido ao tempo ele não é mais tão utilizado com era antigamente.

2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE CAPANEMA

Quando se refere ao patrimônio cultural imaterial dessa mesma região, logo vem em mente uma pequena cidade localizada no sudoeste do estado do Paraná, Capanema que ficou conhecida por ser um doce de cidade. Hoje conta com um pouco mais que dezenove mil habitantes, segundo o IPARDES (2020), vem há anos se destacando por uma grande feira que realiza bienalmente.

Desmembrada no município de Clevelândia, pela Lei Estadual nº 790 de 14 de novembro de 1951, Capanema é elevada à categoria de município com a instalação definitiva em 14 de novembro de 1952. Desde de então vem se desenvolvendo ano a ano, mas foi no final da década de 80 que expressivamente isso aconteceu.

A Feira do Melado, começou no ano de 1990. Anteriormente a senhora Gerta Kolas, que trabalhava na EMATER⁶ na época, participou de uma reunião na capital do estado Curitiba e trouxe desse encontro a ideia para cultivar a cana de açúcar, sendo assim este tornou-se o novo empreendimento no município.

Na década de 1990, o governo estadual disponibilizou recursos para incentivar a instalação de agroindústrias na região sudoeste do Paraná e para fomentar esse novo empreendimento, iniciou-se a comercialização dos produtos na praça da cidade, e assim de maneira muito simples aconteceu a primeira feira do Melado.

⁶ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER.

Figura 4: Cartaz da 1ª Feira do Melado



Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Capanema (1990).

Figura 5: Cartaz da 2ª Feira do Melado



Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Capanema (1991).

Figura 7: Cartaz da 12ª Feira do Melado



Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Capanema (2002).

Conseqüentemente a festa se expandiu para outros setores de economia, mas nunca perdeu sua essência, em todas as edições até o momento sempre teve um pavilhão exclusivo para os produtores, e durante a festa tem a fabricação do melado e todos os seus processos.

O patrimônio cultural imaterial é constituído por tudo aquilo que não pode ser tocado, sendo eles intangíveis. A Feira do Melado é um ótimo exemplo, pois além dos sentidos identitários também estão presentes os sentidos culturais, remetendo ao passado, mas passando para as próximas gerações.

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, (UNESCO, 2003, p.3):

Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível

com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

Na última edição da feira em 2018, a visitação passou de cem mil visitantes provenientes de toda região sudoeste, outros estados e até estrangeiros dos países vizinhos, que compareceram nos 05 dias de feira para prestigiar o evento.

Figura 8: Cartaz da 20ª Feira do Melado



Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Capanema (2018).

A feira tomou proporções maiores a cada ano, com a expansão do comércio, apresentou-se a exposição agropecuária, industrial e comercial. Também conta com atrativos de recreação, como o parque de diversões, os restaurantes, comidas de fast food e o mais esperado são os shows, com cantores de grandes reconhecimentos no país.

Para a realização da feira, existe uma comissão organizadora, responsável pelo evento, sendo formada pela Prefeitura de Capanema, Sociedade Rural e Associação Comercial, além disso participa outras entidades, como a EMATER, a Coagro⁷, órgãos e associações, como a Casa Familiar Rural e o Instituto Federal. Disponibilizando pessoas para pensar e, dividir tarefas para que tudo saia da melhor forma.

⁷ Cooperativa Agroindustrial-COAGRO.

As tarefas da comissão são distribuídas por afinidades, a Sociedade Rural e a Coagro cuidam da parte do gado, máquinas agrícolas, toda parte rural. A parte de venda de espaços fica na responsabilidade da Associação Comercial⁸, a Prefeitura trabalha com a divulgação, busca de patrocínios, a mão de obra para o que for necessário no parque e a parte burocrática.

Os patrocinadores também são de grande importância para o evento, dividido eles em setores “ouro, prata e bronze”. Na última feira houve vários parceiros entre eles, SICREDI⁹, Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, e SICOOB¹⁰ no grupo ouro, Diplomata¹¹, Coagro, Ampernet¹² no grupo prata, e Copel¹³, Itaipu¹⁴, Micemetal¹⁵ e CRESOL¹⁶ no grupo bronze.

Figura 9: Imagem aérea da 20ª Feira do Melado



Fonte: acervo pessoal, Anderson Ferreira dos Passos (2018).

As agroindústrias produzem outros produtos além do melado, entre eles a cachaça, o melaço, o açúcar mascavo, bolachas, bala puxa-puxa, rapadura, que são comercializados tanto nos dias de feira e durante todo o ano, "O patrimônio cultural

⁸ Associação Comercial de Capanema- ACEC.

⁹ Sistema de Crédito Cooperativo- SICREDI.

¹⁰ Sistema de Cooperativas de Crédito- SICOOB.

¹¹ Frigorífico- Diplomata.

¹² Ampernet Telecomunicações.

¹³ Companhia Paranaense de Energia - Copel.

¹⁴ Usina Hidrelétrica de Itaipú.

¹⁵ Micemetal Muller Industria e Comercio Ltda.

¹⁶ Cooperativa De Crédito Rural Solidário- CRESOL.

imaterial corresponde ao conjunto de bens que não podem ser tocados, são inapreensíveis, e também são conhecidos como intangíveis” (ALMEIDA, 2010, p. 42).

Figura 10: Produtos derivados da cana de açúcar



Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Capanema (2018).

Compreende-se assim que A Feira Do Melado é patrimônio cultural imaterial pois todos esses anos persistiu com sua essência, valorizando a história e a memória do povo capanemense. Só se consolidou por manter suas raízes, mesmo com algumas dificuldades e com o passar do tempo a tecnologia e a modernização vem crescendo muito, mas as práticas utilizadas na fabricação dos produtos não foram deixadas de lado.

Esses produtos também são destinados para as escolas, CMEIS, APAE, casa lar e outras instituições, através da cooperativa de produtores rurais a COOPAFI, que também comercializa os produtos por todo o estado.

Atualmente a cidade conseguiu o que almejava há muito tempo a Indicação de Procedência do Melado. Sendo assim o Melado Tipo Capanema, se torna algo exclusivo da cidade, mesmo se for ter o mesmo modo de fazer em outro lugar do mundo, não será considerado Melado Tipo Capanema, tem como exemplo a Queijo da Serra da Canastra. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), é um dos programas que conta com o próprio orçamento, para incentivar esses tipos de ações. Uma grande conquista adquirida por todos os munícipes e principalmente pelos produtores rurais.

Na busca pelo IG, em um vídeo produzido pelo SEBRAE (2016), um dos agricultores o senhor Édio Morgenstern, em sua entrevista ressalta que “... Acho que vou até o fim da minha vida produzindo melado aqui em Capanema”. Com esse relato é possível identificar o orgulho do produtor pelo trabalho que executa, não só ele, mas como os outros entrevistados. Com a Indicação de Procedência aceita, valoriza-se ainda mais quem tanto fez pelo município, os agricultores.

Figura 11: Foto do produtor Edio Morgenstern, na fabricação do melado em sua agroindústria



Fonte: foto de Geraldo Bubniak, acervo do Governo do Estado do Paraná (2020).

No ano de 2020 estava prevista a comemoração dos trinta anos de feira, mas infelizmente por motivos maiores e respeitando todas as vidas e condições que o mundo enfrenta, foi cancelada por causa do COVID-19. Mas a produção continuou e os produtores conseguiram comercializar seus produtos.

2.4 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A melhor maneira de respeitar e entender o quão os patrimônios são importantes é o incentivo nos primeiros anos escolares da vida de uma criança. A qual já cresce e entende a razão deles existirem e estarem presentes em seu cotidiano. Evidencia-se isso no livro de Educação Patrimonial, (IPHAN, 2014, p.11):

A proposta defendida pelo Projeto Interação consistia, de acordo com documentos disponíveis, no apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileira. Partia da constatação da ineficácia de propostas pedagógicas que deixavam de levar em conta as especificidades da dinâmica cultural local e não correspondiam às necessidades de seu público-alvo. Em contraposição, procurava relacionar a Educação Básica com os diferentes contextos culturais existentes no país e diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos, considerando a ideia de que o binômio cultura-educação é indissociável.

Reconhecer e enaltecer o lugar onde vive, as histórias de família, a casa antiga dos avós, o bairro e a cidade. Mostrar para os estudantes que não precisa morar em uma cidade grande para compreender e apreciar o lugar onde vive. Todos os lugares tem seu prestígio.

A Educação patrimonial vem para mostrar isso, demonstrar o valor a história de cada indivíduo, independente de raça, crença ou condição social. Quebra-se a barreira, não transforma isso para algo repugnante, mas ensina o quanto esses detalhes fazem a diferença na sociedade e enriquece-a.

Pode ser considerado um processo sistemático e permanente, que a principal fonte é o conhecimento individual e coletivo, enriquecendo-o aos poucos quando o entendido o devido valor. Levando os individuais, tanto crianças como jovens e os adultos à um processo de conhecimento, valorização e apropriação dessa herança cultural.

Uma alfabetização diferente como citado no Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), uma “alfabetização cultural”, a qual leva a compreensão de um universo paralelo, um meio sociocultural, com a trajetória histórico-temporal, podendo ser entendido como uma cultural múltipla e plural nesse vasto país, que é o Brasil.

Entender a importância da educação patrimonial para a preservação de memória e identidades. Desvendar assim as riquezas do local onde vive, como valor de pertencimento e identidade espacial. E identificar as modificações que ocorrerão durante o passar do tempo.

Essa educação pode acontecer com projetos simples, tendo em vista uma ótima oportunidade para estabelecer os diálogos entre as relações do aluno com a comunidade que está inserido. Mostrar a importância da participação dele nas manifestações culturais locais, enaltecer essas referências locais. Como citado no Guia Básico da Educação Patrimonial (HORTA, 1999, p.6):

O processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades, assim como para o uso desses conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional. A aquisição é reforçada pelo uso dos conceitos e habilidades, e o uso leva à aquisição de novas habilidades e conceitos.

Neste momento de Pandemia, em que a educação teve que se reconstruir, transformar-se em algo que pudesse chamar a atenção dos alunos. Foi adotado um novo modelo em que instigaram a curiosidade sobre os patrimônios. E foram as aulas via MEET, que os alunos se encantaram e aprenderam mais sobre o patrimônio cultural em seus municípios.

Em uma das várias aulas que foram dadas, o que chamou a atenção quando falava-se sobre a Feira do Melado, para alunos de Capanema, de turmas de três colégios diferentes, foi o não conhecimento sobre o assunto, após a apresentação, houve relatos de que eles nem imaginavam que o Melado era um patrimônio e o quanto ele é importante para Capanema.

Figura 12: Convite para o MEET, sobre Patrimônio Cultural Imaterial, na cidade de Capanema



Fonte: acervo pessoal (2020).

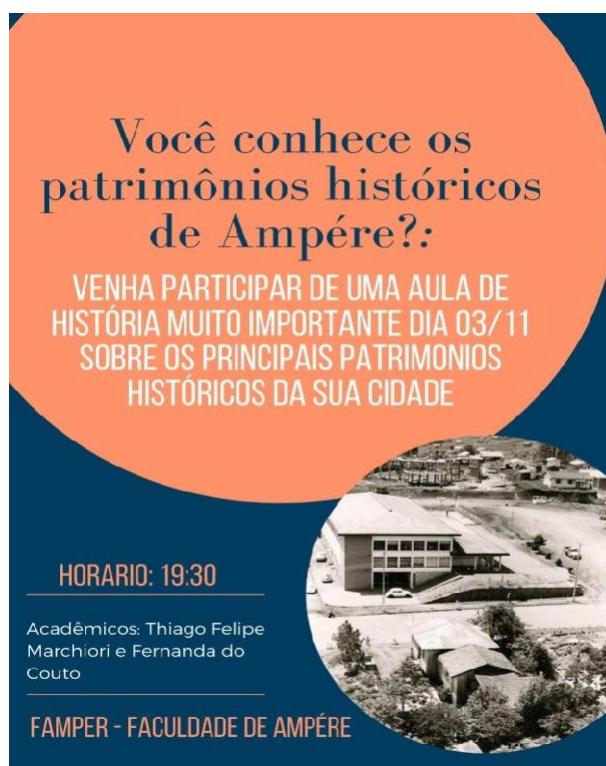
Infelizmente por causa do COVID19, não foi possível trabalhar com esses alunos em campo, mas um dos trabalhos que pode ser executado com eles pós pandemia é ir até uma das agroindústrias e fazer um roteiro do melado, para que eles

possam conhecer a realidade de quem produz esse doce tão importante para Capanema.

Levar esses estudantes até uma das pequenas fábricas de melado, apresentar a eles o passo a passo da fabricação, mostrando os equipamentos utilizados, dando o direito de degustação do produto durante o processo. Dar a oportunidade para eles ouvirem a história dessas famílias que estão fabricando e sobrevivendo financeiramente por anos da venda do melado e de seus derivados.

Quando apresentado os MEETS sobre o Centro Social, para turmas da cidade de Ensino Fundamental e Médio do Colégio Estadual Nereu Perondi da cidade Ampére, a mesma reação de surpresa foi identificada, pois aqueles alunos não imaginavam o quanto vinha ser importante este local, tanto para a história de pessoas que passaram por ali, e até mesmo para a história da cidade.

Figura 13: Convite para o MEET, sobre Patrimônio Cultural Imaterial, na cidade de Ampére



Fonte: acervo pessoal (2020).

Existem algumas atividades que poderiam ser trabalhadas para mostrar mais da importância do Centro Social com os alunos, onde pode ser feita visitas nas salas do Centro Social explicando o que era em cada cômodo, a importância de cada uma

delas fazendo assim com que os alunos observem o Centro como um verdadeiro patrimônio histórico que ele é.

Quem imaginaria que na década de 1970 uma construção com tantos projetos sociais gratuitos para a comunidade, em uma cidade do interior tão pequena? O Pe. José Bosmans pode sim ser considerado um visionário para o seu tempo, por ter pensado e projetado uma obra que foi e continua sendo tão importante para os cidadãos amperenses.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado no objetivo deste artigo de conclusão de curso em apresentar através de pesquisas a real importância que os patrimônios históricos tem para nós como povo e sua rememoração, e como são de extrema relevância pelo fato de preservar um pouco da nossa história, além de nos ajudar a conhecer mais profundamente sobre o passado, observou-se também que a preservação do patrimônio está cada vez mais ganhando espaço em nosso cotidiano, e possui hoje um órgão responsável por sua conservação que atua em âmbito nacional, o IPHAN.

Este trabalho foi de uma grande importância para nossa compreensão e aprofundamento deste tema, pois permitiu-nos refletir sobre como trabalhar a educação patrimonial em nossa profissão como professores historiadores, em pensar melhores formas de repassar e demonstrar o quão importante são os Patrimônios Culturais, para a vida humana.

Também foram apresentados exemplos de patrimônios materiais e imateriais das cidades de Ampére e Capanema, sendo enfatizadas principalmente suas histórias e o grande valor que possuem para os cidadãos de seus municípios.

Cumprimos quase todos os objetivos do trabalho, deixando apenas a parte prática para ser executada pós pandemia. Neste momento delicado que passamos, também desenvolvemos uma nova habilidade que são as mídias digitais em favor da educação. Aulas de maneiras diferenciadas, pois foram realizadas via google meet, porém não menos importantes.

Portanto, o verdadeiro motivo de se explicar os diversos conceitos existentes dentro do tema “patrimônio histórico”, deve-se principalmente a importância dessa discussão no âmbito social, pois é algo que ajudará a se recordar e criar memória dos acontecimentos passados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda. Cordeiro de. **Patrimônio Cultural**. Aracaju: UNIT, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 24 nov.2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 24 nov.2020.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et al. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceito e processos**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://docobook.com/download/historico-o-conceitos-e-processos-iphan.html?reader%3D1> Acesso em 11 nov. 2020.

IPARDES. **Cadernos Municipais**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, 2020. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30. Acesso em 11 nov. 2020.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

O MELADO NO SUDOESTE DO PARANÁ. **Sebrae/PR**. 2016. (5 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ujepn7nRlxw>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 1.211/1953**. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Paraná, 1953. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5> Acesso em: 18 nov. 2020.

PARÓQUIA SANTA TEREZINHA E SANTO AGOSTINHO. **Ata da Paróquia Santa Terezinha e Santo Agostinho**. Ampére-PR, 1965.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 17 de outubro de 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>. Acesso em 03 nov.2020.